

REGIÃO, POLÍTICA E IDENTIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS: ANÁLISE DOS DADOS ELEITORAIS PARA GOVERNADOR DE 1988 A 2010

REGION, POLITICS AND IDENTITY IN THE STATE OF TOCANTINS: ANALYSIS OF ELECTION DATA FROM GOVERNOR RACES 1988 - 2010

Jean Carlos Rodrigues¹

Resumo

O artigo tem por finalidade discutir o processo de divisão regional e a ação de sujeitos sociais ao produzirem discursos regionalistas e representações simbólicas que legitimam tal reivindicação. Esta temática foi suscitada pelo debate em torno da divisão do Estado do Pará em 2011. Tomando o caso do Estado do Tocantins como ponto de partida, procuramos demonstrar que a forma como tem sido conduzido o debate sobre as divisões regionais revela a reprodução de práticas sociais e de políticas tradicionais baseadas no controle regional. Tal reprodução pode ser confirmada na análise dos dados eleitorais para governador do Estado desde a criação desta unidade da federação, em 1988.

Palavra-Chaves: Região; Política; Identidade; Estado do Tocantins

Resumen

En el artículo se pretende discutir el proceso de división regional y la acción de sujetos sociales que producen discursos regionalistas y representaciones simbólicas que legitimen esa reivindicación. El debate en torno a la división del Estado de Pará, en 2011, suscitó este tema. Tomando el caso del Estado de Tocantins como punto de partida, queremos demostrar que la forma de desarrollarse el debate sobre las divisiones regionales revela prácticas sociales y

1 Mestre e Doutor em Geografia pela UNESP - Presidente Prudente. Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína (TO).

políticas tradicionais basadas en el control regional confirmado a partir de los datos electorales para gobernador del Estado desde la creación de esta unidad de la federación, en 1988.

Palabras clave: região; política; identidade; Estado de Tocantins

Abstract

This article discusses the process of regional division and the actions of social subjects, producing regionalist discourse and symbolic representations which legitimize such actions. The subject was aroused in the debate about the division of the State of Pará in 2011. Taking the case of the State of Tocantins as a starting point, I shall use election data from state-governor races since the state came into being in 1988 to show that the way the debate on regional divisions has been conducted evinces the reproduction of social practices and traditional politics based on regional control.

Keywords: region; politics; identity; State of Tocantins

Introdução

Em 2011, o país pôde acompanhar a realização de um plebiscito no Estado do Pará que tinha por finalidade consultar a população daquele Estado acerca da divisão do mesmo em outras três unidades da federação: o Estado do Pará (remanescente do processo de divisão regional), o Estado do Carajás e o Estado de Tapajós. Naquela ocasião, os eleitores paraenses optaram pela manutenção do *status quo* regional.

Mais importante do que discutir o resultado do plebiscito é analisar o desdobramento do debate em torno da divisão regional do Estado do Pará. Tal questão colocou sobre diferentes lados os sujeitos sociais envolvidos com o problema: i) de um lado, os interessados na manutenção do *status quo* e ii) de outro, os que buscavam uma ruptura com o Governo de Belém (PA) para formar outros dois Estados. Isto demonstra que o processo de divisão regional se articula a partir dos interesses dos grupos sociais envolvidos na questão.

Mas identificados os sujeitos sociais responsáveis pelo discurso autonomista, podemos agora compreender os sentidos dos movimentos regionalistas? Em

certo sentido, sim. No âmago do debate sobre a divisão regional constrói-se a noção de que os problemas sociais vivenciados pela população das regiões que reivindicam sua autonomia político-administrativa podem ser resolvidos com uma nova reorganização regional.

Do ponto de vista da relação sociedade-espaço isso é interessante, pois, conforme Werlen (2000, p. 07) nos chama a atenção, “no nível do dia-a-dia cada vez mais pessoas estão se tornando conscientes de que um número significativo de problemas sociais envolvem de alguma forma um componente espacial”. Entretanto, isso não significa afirmar que a reorganização regional com a criação de novos Estados federativos seja a única alternativa para a resolução das problemáticas evidenciadas na região, uma vez que esta questão envolve múltiplas dimensões, complexidades (política, econômica, cultural) e escalas (local, regional, nacional).

Com o episódio da proposta de divisão do Estado do Pará, ganhou destaque no cenário nacional a temática das divisões regionais acompanhadas de produções discursivas de movimentos regionalistas que reivindicam a autonomia política-administrativa de regiões que, atualmente, constituem outros Estados da federação. As produções simbólicas advindas destes discursos possuem a função de legitimar as pretendidas divisões regionais, sempre amparadas pela tipificação do abandono e do descaso que o poder público faz da “Terra Prometida” (expressão usada tanto pelo movimento do Pará como do Tocantins em suas campanhas pró-divisão para se referirem às regiões a serem emancipadas). Identificamos, nessas ações, formas políticas tradicionais de pensar e organizar socialmente o espaço regional.

Nesse sentido, as produções simbólicas são um recurso da política utilizada como forma de justificar as disputas regionais. Elas criam realidades e produzem diferenciações espaciais. As invenções culturais advindas deste processo são típicas de regiões nas quais as referências identitárias não estão ainda muito claras, mas são necessárias para legitimar ações políticas. Para Araújo e Haesbaert (2007, p. 46), “(...) em lugares com menor especificidade ou densidade ‘histórica’, esses referenciais também [são] ‘inventados’ (...)”. Em artigo defendendo a criação do Estado do Tapajós, publicado no *site* do movimento emancipacionista, Monteiro (2012) encaminha a discussão nesta direção. Segundo a

autora, “no ethos da sociedade que pleiteia o estado do Tapajós, é forte a ideia de uma identidade local e regional arraigada historicamente, com fortes laços internos na sua formação social, na sua economia e na sua organização social”.

Algo nesse sentido ocorreu no Tocantins quando a literatura regional produziu a “identidade jesuítica” no norte goiano (atual Tocantins) contrapondo-a a “identidade bandeirante” do sul goiano (atual Goiás). **Produziu-se uma identidade** tocantinense em oposição à goiana estruturada sobre o sentido da diferença e da noção de pertencimento regional. Ela foi elaborada por sujeitos sociais detentores do poder e interessados na emancipação da região que constituía o norte goiano (RODRIGUES, 2010). Se, do ponto de vista territorial, o Estado do Tocantins teve data e hora para ser instalado (01/01/1989), o mesmo não ocorreu com sua dimensão cultural, uma herança que permanece ainda hoje dos tempos em que a região sobre a qual foi instalado identificava-se por pertencer ao Estado de Goiás.

No debate que envolve ordem e des-ordem regional, a emancipação do Estado do Tocantins foi, por diversas vezes, citado como exemplo de emancipação pela campanha pró-divisão do Estado do Pará. Nesse sentido, os objetivos deste artigo são discutir as “invenções regionais” e apresentar as relações de poder inerentes ao processo de articulação regional demonstrando, por meio de dados eleitorais, que o poder político no Tocantins é exercido pelos mesmos sujeitos sociais envolvidos com sua criação em 1988 e instalação, em 1989, revelando, desta forma, uma nítida relação entre região, política e identidade tocantinense.

Para atender estes objetivos, este artigo discorre sobre a recente história política do Estado do Tocantins, principalmente sobre os momentos que antecederam sua criação, destacando os debates que ocorreram na ocasião da Assembleia Nacional Constituinte em fins da década de 1980. Além disso, apresenta os resultados dos votos para o poder executivo estadual (governador) nas eleições de 1988 até 2010 coletados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os dados revelam a perpetuação do poder político concentrado em sujeitos sociais envolvidos com o processo de criação desta unidade da federação na década de 1980.

A história política do Estado do Tocantins a partir da década de 1980

A escala temporal que optamos por desenvolver nestas análises sobre a criação do Estado do Tocantins refere-se aos acontecimentos do final da década de 1980, mais especificamente no biênio 1987-1988. Essa opção foi feita por dois motivos: i) por ser o período em que foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte - ANC - que tinha por objetivo elaborar uma nova constituição para o país; e ii) por ser o período em que surgiram, na recente história política do Estado, sujeitos sociais que disputaram os espaços políticos desta unidade da federação até o último pleito para governador (2010).

Contextualizar a recente história política do Estado por meio da ANC torna-se importante, pois, após dois vetos presidenciais de José Sarney aos projetos que criavam o Estado do Tocantins, a ANC era o espaço político ideal para concretizar a emancipação político-administrativa do então norte de Goiás, uma vez que as decisões tomadas pelo Plenário do Congresso Nacional eram soberanas em relação ao Palácio do Planalto.

Isso não implica dizer que antes desse período não tivesse sido realizada nenhuma tentativa para a instalação do novo Estado. Desde o século XVIII foram desenvolvidas diversas ações com esse intuito, o que inclusive foi utilizado nos discursos oficiais para construir um imaginário coletivo, simbólico por essência, presente nos atos heroicos resgatados pelas falas de diversos sujeitos sociais que participaram do processo. Além desse período, o século XX também foi marcado, no espaço político do Congresso Nacional, pela apresentação de diversos projetos de lei que tratavam da criação do Estado do Tocantins.

Dois deles - um de autoria do Deputado Federal Siqueira Campos, de 22 de novembro de 1984, sob número PLC 218/1984, e outro do Senador Benedito Ferreira, de 28 de junho de 1985, sob número PLS 201/1985 - foram aprovados pelo plenário das duas casas legislativas, mas foram vetados pelo Presidente José Sarney de acordo com as mensagens MSG 22/1985 e MSG 41/1986, respectivamente, sob alegação de falta de recursos da União para custear as despesas da criação de uma nova unidade administrativa da federação.

A Assembleia Nacional Constituinte - ANC - foi instalada em 01 de fevereiro de 1987. Um dia depois, o então Deputado Federal Ulisses Guimarães tomou

posse como seu presidente. Nessa assembleia, foram criadas diversas comissões e subcomissões temáticas, com o objetivo de discutir e criar uma legislação sobre assuntos específicos que seriam incorporados à Constituição Federal, que seria promulgada ao fim de 18 meses de trabalhos. Uma tratava, em específico, sobre a criação de novos Estados na federação: a Subcomissão dos Estados.

A Subcomissão dos Estados se inseria na Comissão de Organização do Estado. Essa subcomissão tinha como Presidente o Senador Chagas Rodrigues; como primeiro Vice-Presidente o Constituinte Valmir Campelo; como segundo Vice-Presidente, o Constituinte Fernando Gomes; e nomeado como Relator, o Deputado Federal Siqueira Campos. Foi nesse espaço político que se deu a formulação do artigo 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que trata da criação do Estado do Tocantins, o qual foi elaborado e aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte e depois publicado na Carta Magna de 1988 sob o número 13.

Na ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, as discussões em torno da criação do Estado do Tocantins tiveram início no dia 1.º de maio de 1987, durante a realização da 9.ª reunião ordinária e 5.ª audiência pública da Subcomissão dos Estados, com a apresentação de um painel de debates com o tema “A Criação do Estado do Tocantins e a Redivisão Territorial do Brasil”, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em Goiânia (GO).

Durante a realização da audiência pública, diversas pessoas fizeram uso da palavra com o intuito de defender a criação do Estado do Tocantins. Foi nessa reunião em que foi aprovada a Resolução de autoria do Constituinte José Teixeira que tratava da criação do Estado do Tocantins, com a seguinte redação:

[...] nós, membros da Subcomissão dos Estados, reunidos na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, manifestamo-nos favoráveis à criação do Estado do Tocantins. Que esta manifestação seja objeto de registro em Ata e levada em conta pelo ilustre Relator da Comissão. De outro lado, aguardamos oportunidade para idêntica manifestação em relação aos projetos de criação dos Estados de Santa Cruz, Maranhão do Sul e Tapajós. (ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 93).

Na 13.ª reunião ordinária da Subcomissão dos Estados, realizada em 12 de maio de 1987, foi apresentado pelo Relator, Deputado Federal Siqueira Campos, o relatório com o anteprojeto da matéria que tratava da formação de novos

Estados na federação brasileira. Nesse documento constava o parecer das diversas sugestões recolhidas pela subcomissão ao longo de nove audiências públicas realizadas sobre o assunto. O parecer do relator foi favorável à criação dos seguintes Estados:

- a) Estado do Juruá, que abrangia a região do Alto Amazonas, do rio Juruá, fazendo fronteiras com o Estado do Acre e com os países Peru e Colômbia;
- b) Estado do Tapajós, com desmembramento do Estado do Pará cuja abrangência seria toda a região do rio Trombeta, à esquerda do rio Amazonas;
- c) Estado do Tocantins, com desmembramento da região norte do Estado do Goiás ao norte do paralelo 13;
- d) Estado do Maranhão do Sul, com desmembramento da região sul do Estado do Maranhão;
- e) Estado de Santa Cruz, formado pelo desmembramento das partes oeste e sul da Bahia, fazendo fronteira com os estados de Goiás e Minas Gerais;
- f) Estado do Triângulo, com desmembramento de parte da área do estado de Minas Gerais.

O parecer do relator foi desfavorável à criação dos seguintes Estados:

- a) Estado de São Francisco, por haver propostas divergentes sobre a constituição dessa unidade da federação;
- b) Estado do Meio Oeste, por envolver o Distrito Federal, além dos Estados de Minas Gerais e Goiás. Em seu parecer, o relator justificou que, por envolver Brasília, essa ação causaria danos à estrutura político-administrativa do país;
- c) Estado do Araguaetins, por envolver áreas de dois estados, Goiás e Pará, e por não ter realizado debates a fim de verificar sua viabilidade.

Em 23 de maio de 1987, após discussões e debates na Subcomissão sobre a primeira versão do relatório apresentado, o Relator Siqueira Campos apresentou o anteprojeto para votação, que, resumidamente, no seu Capítulo II das Disposições Transitórias e Finais, propunha a transformação dos territórios de Roraima e do Amapá em Estados e ainda criava os Estados do Tocantins, Maranhão do Sul, Juruá, Santa Cruz, Tapajós e Triângulo, e devolvia a área do arquipélago de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco, entre outras questões. O anteprojeto foi aprovado, ressalvados os destaques apresentados. Após a votação de cada destaque que envolvia diversos assuntos concernentes ao anteprojeto, o relatório foi encaminhado ao Presidente da Comissão da Organização dos Estados, o Constituinte José Thomas Nonô.

Em seguida, ocorreram discussões na Comissão de Sistematização e o projeto de criação do Estado do Tocantins foi aprovado, para ser instalado em 45 dias após a realização de um plebiscito junto à população local, mas ainda dependendo da aprovação do plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Em 1.º de junho, o projeto foi apresentado ao plenário e aprovado por 320 votos favoráveis, 222 contrários e 10 abstenções. Siqueira Campos, em discurso no plenário da ANC, justificou a elevada quantidade de votos contrários à criação do Estado do Tocantins. De acordo com ele,

de fato, Sr. Presidente [da ANC, Deputado Federal Ulisses Guimarães], em razão do artigo relativo à criação do Estado do Tocantins estar inserido na Emenda Coletiva do Centrão e esta conter setenta e dois [72] artigos tratando dos mais diversos assuntos, alguns deles bastante polêmicos, houve uma grande divisão dos Constituintes que apóiam a criação do Estado do Tocantins, que constituem a quase totalidade dos membros desta Assembleia Nacional Constituinte. Se o artigo que prevê a criação do Estado do Tocantins fosse votado separadamente teria sido aprovado pela unanimidade ou pela quase unanimidade dos presentes (CAMPOS, 1988, p. 11.018).

Nas palavras objetivadas por Siqueira Campos na ANC, a criação do Estado do Tocantins seria algo muito maior do que a realização de um projeto regional, mas estaria inserido até mesmo na resolução de problemas socioeconômicos em escala nacional, como a formação de favelas nos grandes centros urbanos do país. O entusiasmo do povo tocaninense, segundo nosso agente do discurso, era digno de festas em praças públicas. De acordo com ele,

nossos agradecimentos à Nação brasileira. Estamos felizes, e, em praça pública, estamos comemorando essa vitória nos oitenta Municípios do novo Estado do Tocantins, o que prova ao Brasil que esta mudança era necessária para podermos melhor distribuir a população brasileira pelo território pátrio, regulando as endomigrações, acabando com a violência das favelas dos grandes centros urbanos, invertendo a direção dos fluxos migratórios (CAMPOS, 1988, p. 11.048).

Após a aprovação do projeto da criação do Estado no Tocantins, Siqueira Campos começou a discutir sobre a eleição para governador da nova unidade da federação. Em discurso publicado em 8 de julho de 1988, ele apresenta o perfil que deve ter a pessoa que for concorrer a esse cargo. Segundo ele,

forças populares que já estavam desalentadas com a possibilidade de ter de aceitar a nomeação de um Governador *pro tempore* voltaram a alinhar todas as esperanças de ter à frente da administração do novo Estado brasileiro **um homem que efetivamente tenha sua confiança, com responsabilidade e consciência dos grandes desafios que enfrentará para instalar e fazer funcionar a nova administração** (CAMPOS, 1988, p. 11.907, grifo nosso).

Vinte dias depois, em 28 de julho de 1988, Campos diz quem é essa pessoa habilitada e convocada pelas forças populares a governar o novo Estado, dando o tom de sua campanha:

convocado pelas forças populares tocantinenses, aceitei ser candidato ao Governo do Estado do Tocantins, encabeçando uma chapa de união ou não, para implantar a nova administração e construir um estado do qual possamos, os tocantinenses, orgulhar-nos e sirva de exemplo, pela sua modernidade, aos demais estados brasileiros (CAMPOS, 1988, p. 12.144).

Em meio a tudo isso, ocorre a aprovação, em segundo turno, pela Assembleia Nacional Constituinte, da criação do Estado do Tocantins sem a necessidade de realização de um plebiscito, e sua promulgação junto com a nova Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988.

Os dados eleitorais no Estado do Tocantins: 1988-2010

O Estado do Tocantins possui uma população, segundo dados do censo de 2010 realizado pelo IBGE, de um pouco mais de 1,380 milhão de pessoas. Na última eleição para governador (2010), compareceram às urnas 772.644 eleitores, mas os votos válidos totalizaram 692.021, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2012a). Por meio das análises dos resultados daquela eleição, e das anteriores realizadas a partir de 1988 para o executivo estadual, foi possível conhecer as opções políticas feitas pelos eleitores tocantinenses.

As opções possuem uma intrínseca relação com os sujeitos sociais envolvidos no processo de criação do Estado do Tocantins. Conforme os dados apresentados a seguir, constata-se que os resultados das urnas confirmam a legitimação do discurso autonomista regional produzido por aqueles que, hoje, ocupam cargos de poder político no Estado. Se considerarmos que “uma dada região, como

a própria *ideia* de região, é uma ‘invenção histórica’” (HAESBAERT, 2010, p. 68), os protagonistas do movimento criacionista do Estado verificam, nas urnas, o reconhecimento do eleitorado regional aos seus feitos históricos, qual seja, a criação do Tocantins.

Isso porque consideramos que a dominação desses sujeitos sociais sobre o poder executivo do Estado foi construído a partir dos sentidos histórico-geográficos que envolvem a criação do Tocantins. O movimento separatista da década de 1980 busca elementos legitimadores desse discurso na diferenciação de identidades no processo de ocupação de Goiás no século XVIII. Na época, o Estado de Goiás sofreu processos de ocupação diferenciados em suas regiões norte e sul.

Enquanto no sul do Estado de Goiás houve uma frente de ocupação originada de São Paulo, o norte foi ocupado por frentes oriundas da região norte do Brasil, sobretudo Belém (Capitania de Grão-Pará). Segundo Ribeiro (2001, p. 32), essas diferentes frentes de ocupação de Goiás foram utilizadas na construção discursiva de uma oposição binária em relação à identidade tocaninense, criando suas classes polarizadas, segundo a qual o sul é sempre privilegiado em detrimento da outra, o norte, abandonado.

O discurso autonomista de 1985-1988 era pautado, sobretudo, nas diferenças culturais e econômicas entre o Norte e o Sul de Goiás. Para Cavalcante (2003), enquanto o Centro-Sul goiano evidenciava uma sólida integração econômica com o mercado da região Sudeste do Brasil, acentuavam-se as diferenças internas entre o norte e o sul do Estado, devidamente criadas com esse propósito. A expressividade dessa diferença foi tomada na construção do discurso autonomista regional a partir das peculiaridades que identificariam, diferentemente, o Estado do Tocantins do Estado de Goiás.

Os dados eleitorais deste artigo revelam que os sujeitos políticos que ocupam o poder executivo estadual desde 1988 são os mesmos que produziram os discursos autonomistas e de diferenciação entre Tocantins e Goiás do final da década de 1980. Para Ribeiro (2001, p. 20), “o Tocantins, aos poucos, vai construindo suas instituições, seus símbolos, seus lugares de falar e seus porta-vozes que criaram uma representação para o Estado e seu povo, principalmente após a criação pela Constituição”.

Apresentamos, abaixo, uma tabela com os candidatos e seus respectivos desempenhos em cada eleição para o executivo estadual (governador) desde

1988 até 2010. . Observe que, numa lista de 25 candidatos para governador do Tocantins desde 1988, apenas 3 (três) deles são eleitos e 2 (dois) se “revezam” no poder executivo estadual.

TABELA 1. Candidatos às eleições para Governador no Estado do Tocantins: de 1988 a 2010

ANO DE ELEIÇÃO	CANDIDATOS	PARTIDO	SITUAÇÃO
2010	José Wilson Siqueira Campos	PSDB	Eleito
	Carlos Henrique Amorim	PMDB	Não-Eleito
2006	Marcelo de Carvalho Miranda	PMDB	Eleito
	Célio de Azevedo	PSDC	Não-Eleito
	Elísio Lopes Gonçalves	PSOL	Não-Eleito
	José Wilson Siqueira Campos	PSDB	Não-Eleito
	Leomar de Melo Quintanilha	PC do B	Não-Eleito
2002	Marcelo de Carvalho Miranda	PFL	Eleito
	José dos Santos Freire Junior	PMDB	Não-Eleito
	Lutero Cesar da Fonseca	PPS	Não-Eleito
	Domingos Fernandes da Silva	PSB	Não-Eleito
	Valdemor Rodrigues de Lisboa	PT	Não-Eleito
1998	José Wilson Siqueira Campos	PFL	Eleito
	Célio Alves de Moura	PT	Não-Eleito
	Moisés Nogueira Avelino	PMDB	Não-Eleito
	Raimunda Guimarães Araújo	PRONA	Não-Eleito
1994	José Wilson Siqueira Campos	PPR	Eleito
	João Lisboa da Cruz	PMDB	Não-Eleito
	Neilton Araújo de Oliveira	PT	Não-Eleito
	Carlos Augusto Solino de Sousa	PRONA	Não-Eleito
1990	Moisés Nogueira Avelino	PMDB	Eleito
	Moisés Abrão Neto	PDC	Não-Eleito
1988	José Wilson Siqueira Campos	PDS	Eleito
	José dos Santos Freire Júnior	PMDB	Não-Eleito
	Oswaldo Alencar Rocha	PT	Não-Eleito

FONTE: Jornal O Globo (1988) e Tribunal Superior Eleitoral. ORG: RODRIGUES, Jean Carlos; ALVES, Cássio Fonseca, 2011.

Após a criação do Tocantins, os sujeitos sociais interessados nesta emancipação movimentaram-se no cenário político do novo Estado da federação. Desde a primeira eleição, é nítido o “revezamento” de candidatos e partidos políticos na administração do executivo estadual. De sete (07) pleitos realizados para governador desde a criação o Tocantins, temos a eleição direta de apenas três (03) pessoas: José Wilson Siqueira Campos (quatro vezes), Moisés Nogueira Avelino (uma vez) e Marcelo de Carvalho Miranda (duas vezes).

A exceção é feita no caso de Carlos Henrique Amorim (Gaguim), que chegou ao poder executivo por eleição indireta realizada na Assembleia Legislativa em 2009, pelo PMDB (GAZETA DO POVO, 2009) após a cassação do mandato de Marcelo de Carvalho Miranda, pelo TSE, em 25 de junho de 2009 (GALLUCCI, 2009). Interessante destacar que Carlos Henrique Amorim era presidente da Assembleia Legislativa no governo de Marcelo de Carvalho Miranda, além dos dois pertencerem ao mesmo partido político, o PMDB.

Nesse sentido, a eleição indireta de Carlos Henrique Amorim não representa uma ruptura com o governo anterior dado as estreitas relações políticas que estes sujeitos sociais possuíam entre si. Isto se torna ainda mais nítido na eleição de 2010, na qual Marcelo de Carvalho Miranda, então candidato a senador pelo Estado do Tocantins, apoiou a candidatura de Carlos Henrique Amorim à reeleição para governador, mas foi derrotado por José Wilson Siqueira Campos (PSDB) por uma diferença de 7.163 votos, em um universo de pouco mais de 692 mil votos válidos (TSE, 2012a).

Este tipo de relação não foi algo novo no cenário político local. Na eleição de 2002, o candidato Marcelo de Carvalho Miranda teve sua candidatura apoiada por José Wilson Siqueira Campos. Já no pleito de 2006, os dois se enfrentaram e Marcelo de Carvalho Miranda venceu as eleições com uma diferença de mais de 30 mil votos em um universo de mais de 660 mil votos válidos (TSE, 2012b) e se elegeu governador do Estado. Todo esse movimento supõe que uma mesma elite governa o Tocantins desde 1988, alternando no poder alguns de seus representantes, com distintas filiações partidárias a cada pleito eleitoral. A tabela 2, abaixo, apresenta estas informações de forma sistematizada.

TABELA 2. Filiação partidária dos candidatos eleitos para governador do Estado do Tocantins: 1988-2010.

CANDIDATOS ELEITOS	PLEITO ELEITORAL/PARTIDOS ELEITOS						
	1988	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Jose Wilson Siqueira Campos	PDS		PPR	PFL			PSDB
Moises Nogueira Avelino		PMDB					
Marcelo de Carvalho Miranda					PFL	PMDB	

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral. ORG: RODRIGUES, Jean Carlos; ALVES, Cassio Fonseca, 2011.

Conforme os dados revelam, as filiações partidárias dos eleitos para governador do Tocantins são muito flexíveis. Embora não seja objetivo deste artigo debater estas vinculações, constata-se que a movimentação política se efetiva a partir dos interesses dos candidatos ao pleito estadual. José Wilson Siqueira Campos, por exemplo, a cada pleito eleitoral que venceu esteve filiado a um partido diferente. Nota-se, no Estado, uma participação mais efetiva de partidos com representação, concomitantemente, no cenário político nacional em cada momento eleitoral local.

Considerações Finais

O espaço regional é constantemente inventado. Pudemos acompanhar no caso do plebiscito sobre a divisão do Estado do Pará a invenção de 3 (três) “Parás”: o Estado do Pará (remanescente da divisão); o Estado do Tapajós e o Estado de Carajás. Sem entrar no mérito das causas separatistas, o que observamos é que para cada divisão regional proposta, havia uma justificativa que legitimava tal ação.

Entretanto, cabe destacar, que a divisão do Estado do Pará não trata de um debate novo: conforme pudemos observar, em 1987, na ocasião da ANC, articulou-se a criação do Estado do Tapajós. O fato é que, tanto em 1987 como em 2011, a imprevisibilidade da história não permitiu que tal emancipação ocorresse. O projeto foi derrotado tanto na ANC (1987) como no plebiscito (2011), mes-

mo usando os artifícios da diferenciação regional, os mesmos recursos usados para a criação do Tocantins. E nos cabe refletir: por que o artifício da diferenciação regional “funcionou” para criar o Tocantins e “falhou” para dividir o Pará?

A diferenciação regional é recorrente em qualquer movimento que inspire divisão regional: é necessário criar a diferença para justificar o movimento e legitimar a ação separatista. No caso dos movimentos paraenses, a recordação da emancipação do Tocantins com relação a Goiás foi constantemente usada e explorada como exemplo de uma divisão que deu certo. Novamente nos esquivando dos juízos de valores, desta vez com relação a esta última divisão regional, o fato é que todo processo de divisão regional possui interesses de sujeitos sociais postos em jogo e que atribuem sentidos à causa.

Isso nos permite corroborar com Haesbaert (2010, p. 194) quando o autor afirma que a articulação regional dos espaços desdenha-se em torno de relações de poder, pois está sempre a serviço de sujeitos sociais e em função de uma ordem sociopolítica construída por seus agentes. Neste artigo procuramos demonstrar exatamente isso: o Tocantins, enquanto espaço produzido socialmente, é fruto de interesses de sujeitos sociais manifestados em várias dimensões, e referendado nas urnas, uma vez que os envolvidos no processo de emancipação político-administrativa da região governam o Estado desde sua criação.

Nesse sentido, sob o argumento do dividir para crescer, escamoteia-se uma forma de pensamento que se estrutura a partir da reprodução de práticas sociais e de políticas tradicionais baseadas no controle regional, elaboradas a partir da “retórica do solo e do sangue” (WERLEN, 2000, p. 24) pelos sujeitos sociais envolvidos com a questão. Verifica-se que as ações sociais vinculadas a um processo que objetiva a divisão regional contribui para a manutenção de determinados sujeitos sociais no poder político e administrativo do novo Estado sob o discurso do desenvolvimento e da autonomia regional.

Referências

ARAUJO, Frederico Guilherme B. de; HAESBAERT, Rogério. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Anais da Subcomissão dos Estados. Brasília, 07 abr 1987 - 25 mai 1987, Suplemento, p. 01-190 (Comunicação Oral).

CAMPOS, Siqueira. Discurso na Assembléia Nacional Constituinte. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, Brasília, 03 jun 1988, p. 11018 (Comunicação Oral).

_____. Discurso na Assembléia Nacional Constituinte. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, Brasília, 04 jun 1988, p. 11048 (Comunicação Oral).

_____. Discurso na Assembléia Nacional Constituinte. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, Brasília, 08 jun 1988, p. 11907 (Comunicação Oral).

_____. Discurso na Assembléia Nacional Constituinte. **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, Brasília, 28 jul 1988, p. 12144 (Comunicação Oral).

CAVALCANTE, Maria do E. S. R. **O discurso autonomista do Tocantins**. São Paulo : EDUSP, 2003.

GAZETA DO POVO. Em eleição indireta, Tocantins escolhe novo governador. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 out 2009 (Vida Pública). Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=932242&tit=Em-eleicao-indireta-Tocantins-escolhe-novo-governador>. Acesso em 10 mar 2012.

GALLUCCI, Mariângela. TSE decide cassar mandato do governador de Tocantins. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 jun 2009 (Política). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,tse-decide-cassar-mandato-do-governador-de-tocantins,393248,0.htm>. Acesso em 10 mar 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**. Dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

JORNAL O GLOBO. Tocantins vai às urnas para escolher seu primeiro Governador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 nov 1988.

MONTEIRO, Raimunda. **Carajás e Tapajós: emancipação para oficializar uma divisão de fato**. Disponível em: <http://www.estadodotapajos.com.br/artigos.php?title=Caraj%E1s+e+Tapaj%E3s%3A+emancipa%E7%E3o+para+oficializar+uma+divis%E3o+de+fato&id=215&inicio=0&pagina=0>. Acesso em 21 mar 2012.

RIBEIRO, Fabrizio de Almeida. **A invenção do Tocantins: memória, história e representação**. 2001, Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO).

RODRIGUES, Jean Carlos. **Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense**. São Paulo: Blucher, 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas de Resultados - Resultado da Eleição**. Eleição 2010. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010/estatisticas>. Acesso em 15 mar 2012a.

_____. **Consulta de Resultados Eleitorais**. Eleição 2006. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/informacoes-quadro-partido-cargo>. Acesso em 18 mar 2012b.

WERLEN, Benno. Regionalismo e Sociedade Política. **GEOgraphia**, ano II, nº 4, 2000, p. 07-25.